ANEXO

Número	Zona de apanha		Número máximo		
	Litoral da província ou da ilha	Capitania do porto	De embarcações de apanha submarina com equipamento de mergulho semiautónomo	De mergulhadores-apanhadores inscritos na Junta Central das Casas dos Pescadores e em exercício efectivo desta profissão	
				Utilizando equipamento de mergulho semiautónomo (narguilé)	Utilizando equipamento de mergulho autónomo (garrafas)
1	Minho	Caminha e Viana do Castelo	2	10	8
2	Douro Litoral	Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Leixões e Douro	2	10	8
3	Beira Litoral	Aveiro e Figueira da Foz	1	5	4
4-A	Estremadura (a norte do Tejo) ...	Nazaré, Peniche e Cascais	30	150	10
4-B	Estremadura (a sul do Tejo)	Setúbal	22	110	8
5	Baixo Alentejo	Setúbal	5	25	8
6	Algarve	Lages e Portimão	5	25	8
7	Santa Maria	Vila do Porto	2	10	4
8	S. Miguel	Ponta Delgada	6	30	8
9	Terceira	Ponta Delgada	8	40	8
10	Graciosa	Angra do Heroísmo	6	30	8
11	S. Jorge	Angra do Heroísmo	2	10	4
12	Pico	Angra do Heroísmo	2	10	4
13	Faial	Horta	2	10	4
14	Flores	Flores	11	55	8
15	Corvo	Flores	4	20	4
16	Madeira	Funchal	2	10	4

O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Portaria n.º 379/73

de 30 de Maio

Considerando que a escassez de oficiais na classe dos médicos navais do quadro de oficiais do activo, onde presentemente se verificaram quarenta vacaturas, aconselha a realização de um concurso de admissão extraordinário;

Reconhecendo-se a conveniência de esse concurso ser documental, a fim de evitar as demoras inerentes às formalidades estabelecidas para os concursos ordinários;

Tendo em conta o disposto no artigo 247.º do Estatuto do Oficial da Armada:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, o seguinte:

1.º A Superintendência dos Serviços do Pessoal, pela Direcção do Serviço do Pessoal, na data julgada mais oportuna, abrirá um concurso extraordinário para admissão de médicos navais do quadro dos oficiais, do activo, para candidatos com o serviço militar obrigatório cumprido.

2.º No concurso a que se refere o número anterior serão seguidas disposições análogas às fixadas no Estatuto do Oficial da Armada para os concursos ordinários, com as seguintes alterações:

a) O concurso é documental, sendo os candidatos ordenados, para efeitos de admissão na Armada, segundo a ordem decrescente das classificações obtidas na parte escolar dos cursos médico-cirúrgicos das Faculdades de Medicina nacionais e no final do 1.º ano

do internato geral dos hospitais centrais do País; em igualdade de classificação serão atendidas as condições de preferência indicadas no n.º 17 da Portaria n.º 22 178, de 20 de Agosto de 1966;

b) Além de satisfazerem às condições fixadas no artigo 38.º do Estatuto do Oficial da Armada, os candidatos deverão:

Ter obtido na parte dos cursos médico-cirúrgicos média geral não inferior a 11 valores e estar habilitados com o 1.º ano do internato geral dos hospitais centrais do País.

c) O limite de idade a que se refere a alínea b) do artigo 38.º do Estatuto do Oficial da Armada é elevado de 28 para 34 anos.

Ministério da Marinha, 14 de Maio de 1973. —
O Ministro da Marinha, *Manuel Pereira Crespo*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, o Governo do Fiji efectuou, em 26 de Janeiro de 1973, uma declaração de sucessão relati-